AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.466.312 - PB (2019/0071160-3)

RELATOR	**:**	**MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	:	FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADOS	:	JOSEMAR LAURIANO PEREIRA - RJ132101
		VINICIUS BARROS DE VASCONCELOS - PB022018A
AGRAVADO	:	MARIA DE LOURDES CRUZ FERREIRA
AGRAVADO	:	EVERALDO BERNARDO DE SOUZA
AGRAVADO	:	SEVERINO DO RAMO SILVA
AGRAVADO	:	GEORGE ALVES DOS SANTOS
AGRAVADO	:	MARIA DE LOURDES SILVA OLIVEIRA
AGRAVADO	:	FRANCISCA MARIA VELEIS DIAS
AGRAVADO	:	MARIA DE LOURDES DA SILVA RAMOS
AGRAVADO	:	PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA
AGRAVADO	:	LUCICLEA ALVES DA SILVA
AGRAVADO	:	ANA MOREIRA DE LIMA
AGRAVADO	:	FRANCISCO TARCIZIO BRASILEIRO
AGRAVADO	:	JOSINEIDE SILVA DE SANTANA
AGRAVADO	:	JOSE VANILDO BARROS
AGRAVADO	:	JAILNALDO FERREIRA CASSIANO
AGRAVADO	:	PEDRO RODRIGUES CABRAL
AGRAVADO	:	ELIANE JUSTINO ALVES RODRIGUES
AGRAVADO	:	JOSEFA FABRICIO
AGRAVADO	:	SILVANA DE OLIVEIRA
AGRAVADO	:	MANOEL RODRIGUES DE SOUZA
AGRAVADO	:	OSIMAR DA SILVEIRA CALDAS
AGRAVADO	:	DIVALDO PESSOA SILVA
AGRAVADO	:	JOSE DANTAS DOS SANTOS
AGRAVADO	:	KATIA ROBERTO DOS SANTOS
AGRAVADO	:	JOSE ALDEMAR LOPES XAVIER
AGRAVADO	:	FRANCISCA LUCINEIDE MARCELINO DE SOUSA
AGRAVADO	:	JANETE DE LIMA ANDRE
AGRAVADO	:	JAILTO LUIS CHAVES DE LIMA
AGRAVADO	:	MAURICIO MAGNO FREIRE MEIRA
AGRAVADO	:	ANTONIO JOSE DOS SANTOS
AGRAVADO	:	CREUZA NASCIMENTO SILVA
ADVOGADOS	:	MANOEL ANTONIO BRUNO NETO - SC004104
		LUIZ ARMANDO CAMISÃO - SC002498
		DIOGO ZILLI - PE026671
		CARLOS ROBERTO SCÓZ JUNIOR - PB023456A
		MARCOS REIS GANDIN - SC026415

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por FEDERAL DE SEGUROS S/A EM

LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.os 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL, constata-se que o agravo foi interposto contra a decisão que negou seguimento ao recurso especial em virtude de o acórdão recorrido estar em consonância com tese firmada sob o rito dos recursos repetitivos ou da repercussão geral, cuja intimação efetivou-se já na égide do novo Código de Processo Civil.

Consoante o disposto no art. 1.030, § 2º, do CPC, é cabível agravo interno contra decisão que nega seguimento a recurso especial com base no inciso I, *b*, do mesmo artigo. Confira-se:

> Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:
>
> I – negar seguimento:
>
> [...]
>
> b) a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos;
>
> § 2º Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021.

A decisão agravada foi publicada já na vigência do atual Código de Processo Civil, o que inviabiliza a aplicação do princípio da fungibilidade, uma vez que não há mais dúvidas objetivas acerca do recurso cabível.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no

importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de abril de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente